

ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA/DF: Olhares e relatos sobre a Vila Planalto

ANALYSIS OF THE TRANSFORMATIONS OF HISTORIC URBAN SET OF BRASÍLIA/DF: Looks and reports about Vila Planalto

NATÁLIA CARVALHO DE FARIAS¹
LUIZ DANIEL MUNIZ JUNQUEIRA²

Recebido em 16.10.2016

Aprovado em 01.04.2018

Resumo

O Conjunto Urbanístico de Brasília/DF é reconhecido como patrimônio cultural da humanidade. Dentro desse conjunto urbanístico, tem-se a região da Vila Planalto. A pesquisa teve como objetivo analisar por meio de relatos com residentes locais antigos e observações in loco as possíveis transformações do patrimônio cultural da região da Vila Planalto nos dias atuais. Para isso, apresentou uma contextualização histórica da Vila Planalto, assim como identificou mudanças ocorridas e quais foram às razões dessas mudanças na região. O método adotado baseou-se em uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e técnicas bibliográfica, documental, estudo de caso e levantamento por meio de entrevistas com residentes locais. Como resultado, percebeu-se que ocorreram diversas alterações na região, considerando as categorias da análise espacial e geográfica a partir das variáveis que envolvem a forma, função, estrutura e processo do lugar. Por fim, reconhece que a região da Vila Planalto sofre com um processo de descaracterização na qual as edificações estão sendo alteradas por não receberem incentivos nem fiscalização adequada.

Palavras-chave: Conjunto Urbanístico de Brasília/DF. Vila Planalto. Patrimônio cultural.

Abstract

The Urban Set of Brasília/DF is recognized as world cultural heritage. Within this urban ensemble, we have the region of the Vila Planalto. The research aimed to analyze by means of reports with local residents and on-site observations the possible

¹ Bacharel em Turismo (UniCEUB/DF). Brasil. E-mail: talicf@gmail.com

² Doutorando em Turismo e Hotelaria (UNIVALI/SC); Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. E-mail: luiz.junqueira@ifb.edu.br

transformations of the cultural heritage of the region of the Vila Planalto in the present day. For that, presented a historical contextualization of the Vila Planalto, as well as identified changes and what were the reasons for these changes in the region. The method adopted was based on a qualitative approach, with descriptive character and bibliographical, documentary techniques, case study and survey through interviews with local residents. As a result, it was noticed that there were several changes in the region, whereas the categories of space and geographical analysis from the variables that involve the shape, function, structure and process of the place. Finally, recognize that the region of the Vila Planalto suffer from a process of change in which the buildings are being changed by not receive incentives or adequate oversight.

Keywords: Urban Set of Brasília/DF. Vila Planalto. Cultural heritage.

1. INTRODUÇÃO

O Plano Piloto de Brasília, localizado no Distrito Federal, capital do Brasil, possui características arquitetônicas e urbanas que a distinguem de outros centros urbanos. Sua configuração espacial e urbana planejada por Lúcio Costa apresenta traços do modernismo inspiradas em Le Corbusier (JUNQUEIRA, 2006).

Esses traços foram definidos por meio de zonas de ocupação setoriais na qual se apresentam funções determinadas que representam as seguintes escalas: residencial, bucólica, gregária e monumental (COSTA, 1991).

Por esse motivo, entre outros, o Conjunto Urbanístico de Brasília foi tombado pela UNESCO em 1987, tornando-se o primeiro conjunto urbano do século XX a ser reconhecido como patrimônio cultural da humanidade (IPHAN, 2009).

A área abrangida pelo tombamento de Brasília, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2009) é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal (figura 1).

A preocupação com a conservação capital vem desde a implantação da cidade em 1960, e consta da Lei Santiago Dantas que estabeleceu a organização administrativa do Distrito Federal (Art. 38 da Lei nº 3.751/60). Brasília foi reconhecida como patrimônio

cultural da humanidade pela UNESCO em 1987, tombada como patrimônio histórico Federal em 1990 e pelo Governo do Distrito Federal em 1991 (SHRDU/GDF, 2018).

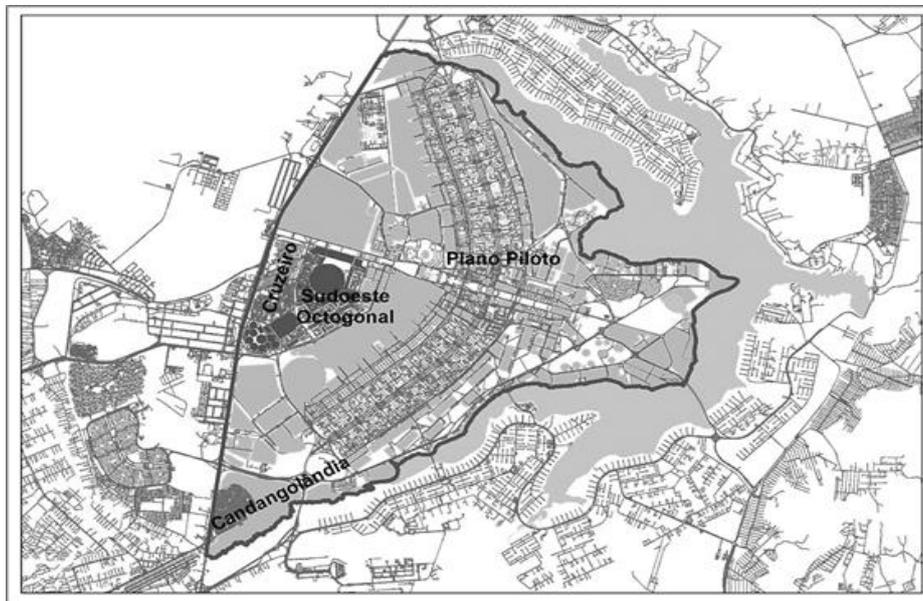


Figura 1 - Polígono do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Fonte: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, 2018.

A polígono do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) que inclui as Regiões Administrativas do Plano Piloto, do Cruzeiro, do Sudoeste/Octogonal e da Candangolândia, foi definida no Decreto nº 10.829/1987 que subsidiou a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e na Portaria Federal nº 314/1992 relativa ao seu tombamento no nível Federal (SEGETH/DF, 2018).

Por ser uma área tombada muito grande, este trabalho concentrou-se na análise das características históricas da região da Vila Planalto situada dentro do conjunto urbanístico. Contextualizando, a Vila Planalto foi o local destinado aos candangos (pioneiros), operários construtores da nova capital, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a fim de que permanecessem acampados próximos as obras da capital.

Segundo informações do Correio Brasiliense (2009) as casas da Vila Planalto naquela época eram simples, de madeira. No entanto, foram substituídas, aos poucos,

por construções de alvenaria. Atualmente, é possível encontrar tais construções pioneiras, mas em números reduzidos.

Nesse sentido, acredita-se que a Vila Planalto sofre um processo de descaracterização de seu patrimônio material, representado pelas casas antigas, em virtude da reestruturação das casas originais de madeirite por casas construídas a partir de tijolos, realizada pela comunidade residente no local. Ademais, por meio de um reconhecimento in loco foi possível observar no local construções residenciais de até três pavimentos, o que descaracteriza ainda mais o espaço tombado.

Portanto, o objetivo principal deste estudo foi analisar as possíveis transformações da região da Vila Planalto nos dias atuais. Para obter essas respostas foi necessário apresentar um contexto histórico da Vila Planalto, assim como identificar as mudanças ocorridas e quais foram às razões dessas mudanças na região.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização desse estudo baseou-se na abordagem qualitativa tendo como caráter o viés descritivo. Para operacionalizar esse trabalho apoiou-se nas técnicas bibliográfica, documental, estudo de caso e levantamento de entrevistas. A interpretação dos dados coletados foi realizada a partir da análise de conteúdo em cruzamento com as teorias fundamentadas.

As entrevistas aplicadas na Vila Planalto foram abertas e semiestruturadas realizadas com quatro indivíduos, sendo três residentes pioneiros e um indivíduo responsável pelo COSE (Centro de Orientação Sócio Educativo). As entrevistas foram aplicadas entre os dias 01 e 27 de outubro de 2009.

Na parte descritiva do trabalho buscou-se apresentar as causas que levaram à descaracterização do patrimônio material da Vila Planalto e quanto à população reconhece a importância do local para a memória da construção de Brasília.

Os principais autores utilizados para fundamentar a análise teórica foram Beni (2006) e Dias e Aguiar (2002) acerca de conceitos do turismo, somados a Garbin e

Campos (2016), Donaire (2012), Canedo (2009) e Funari e Pinsky (2003), no qual discursam sobre Turismo e Patrimônio Histórico Cultural.

Apoiou-se, ainda, em Brusadin (2014, 2015) e Murta e Albano (2005), para sustentar sobre interpretação do patrimônio e Le Goff (2005), que trata sobre História e Memória. Já em relação ao Tombamento e seu regime jurídico, utilizou-se Telles (1992).

Sobre a definição de espaço adotou-se Corrêa (2003) e Santos (1997), tendo o segundo como principal norte de apoio na análise espacial. Por fim, o significado de preservação e revitalização foi fundamentada a partir da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUMA/DF (2009).

A técnica documental baseou-se em jornais, artigos e leis referentes a patrimônio cultural e, também, documentos que mencionam Vila Planalto/DF. No estudo de caso buscou-se analisar os fatos e fenômenos que estão relacionados ao objeto de estudo com os que ocorreram na construção de Brasília/DF. Realizou uma investigação in loco para conseguir informações sobre os assuntos abordados no trabalho.

Por fim, realizou-se uma análise de conteúdo dos dados coletados nas entrevistas, do material bibliográfico e dos documentos sendo norteado pela discussão das transformações do espaço a partir das categorias do método geográfico de Milton Santos (1997).

3. TURISMO CULTURAL

De acordo com Dias e Aguiar (2002), turismo pode ser entendido como o conjunto das relações e fenômenos originados pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual, sendo que não exercem nenhum tipo de atividade lucrativa. Andrade (2000, p. 38), complementa ao afirmar que turismo é um “complexo de atividade e serviços relacionado ao deslocamento, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos [...]”.

Beni (2006) apresenta uma definição mais completa ao mencionar que o turismo é o somatório de recursos naturais, culturais e de seus serviços oferecidos. Sendo assim, é

a interação de vários serviços que irão compor o sistema, ou seja, os elementos que serão usufruídos na consumação do produto turístico (transporte, alimentação, hospedagem, agência de viagens, destino turístico, entre outros).

Um dos atrativos culturais que poderia ser visitado em Brasília/DF é a região da Vila Planalto. Pode se considerar essa localidade como um recurso turístico uma vez que preserva a história da construção de Brasília. Isso se dá pelo fato de ter sido um dos locais destinados às acomodações dos pioneiros que vieram para a construção da nova capital do país.

Para definir turismo cultural nesse estudo, primeiramente, conceituou o que vem a ser cultura. Segundo Dias e Aguiar (2002) e Canedo (2009) a cultura pode ser dividida sob o aspecto material e não-material.

Para os autores, a cultura material “se refere aos aspectos físicos ou tecnológicos de nossas vidas diárias, inclusive a comida, casas, fábricas, vestuários, transporte e matérias primas” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 130).

Dessa maneira, ela pode ser considerada como algo tangível, ou seja, é o que o turista pode experimentar, pode tocar e pode criar sensações diferentes das vividas anteriormente (CANEDO, 2009).

Por outro lado, a cultura não-material refere-se “[...] aos modos de usar os objetos materiais, aos costumes, crenças, filosofias, governos e padrões de comunicação.” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 130).

Portanto, é algo intangível, ou seja, não pode ser tocada fisicamente no momento em que se tem a experiência. A cultura não-material é algo que existe e convive no ambiente, porém não é passível de modificações a curto prazo (CANEDO, 2009).

Nesse sentido, para essa pesquisa define-se turismo cultural como “uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação de cultura local em todos os seus aspectos - históricos, artístico, etc.” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 133).

No entanto, entende-se que, segundo Donaire (2012) é possível classificar as experiências de turismo cultural em: a) turismo culto, a condição de cultura e a atitude do visitante quando olha culturalmente um objeto; b) turismo da cultura cultural (ou monumental), a condição de cultura outorga o objeto e não a atitude. Se confunde cultura com sua representação material e se recorre sistematicamente os nodos de maior hierarquia; c) turismo patrimonial, quando se busca uma viagem ao passado, um passado previamente imaginado e projetado sobre os elementos visitados; d) turismo das culturas (ou etnológico), intenção do visitante de conhecer a cultura atual e cotidiana com suas manifestações. O turista busca uma imagem idealizada das culturas locais; e) a cultura turistificada, se refere a mercantilização cultural; e f) viagem extraordinária, o oposto ao anterior. Para cada tipo corresponde um perfil de turista. No entanto, o autor menciona que não há turistas culturais em sentido estrito, mas diversidade de motivações que se combinam.

Por outro lado, tomando base a partir do Ministério do Turismo (BRASIL, 2009), órgão que regulamenta e desenvolve a atividade turística do país, o turismo cultural é entendido como as “atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Conclui-se, portanto, que o turismo cultural envolve a apreciação de monumentos e sítios históricos e elementos relacionados à cultura e aos costumes do local. Dessa maneira, de acordo com Dias e Aguiar (2002, p. 133), “contribui para a manutenção e proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade”.

Apesar disso, Dias e Aguiar (2002) ressaltam que o turismo cultural pode assumir um papel contraditório em relação à conservação do patrimônio, pois, ao mesmo tempo em que a atividade turística fortalece a necessidade de preservação para mantê-lo como atração, a grande circulação de turistas pode descaracterizar o patrimônio visitado, ou seja, pode levar a destruição do atrativo.

Para essa pesquisa considera-se que a região da Vila Planalto se encaixa no segmento do turismo cultural por apresentar edificações da época da construção de

Brasília. Além disso, o local objeto desse estudo apresenta uma característica peculiar preservando, ainda, o costume e a tranquilidade de uma cidade do interior.

4. TOMBAMENTO DE BENS MATERIAIS

A palavra patrimônio, segundo Funari e Pinsky (2003), surgiu no século XVIII na França. Naquela época, o poder público tomava medidas para a proteção de monumentos de valor histórico, editando leis para a proteção destes bens.

Entende-se, portanto, que existam vários significados para essa palavra. Um deles define patrimônio como “uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade, herança familiar. Bens culturais. Tudo que uma sociedade trabalha e cuida que tem relação com sua identidade cultural” (FUNARI; PINSKY, 2003, p. 13).

O patrimônio cultural institucionalizado, mesmo que tenha os comuns objetivos de preservação dos costumes e tradições, em sua grande maioria, fazem parte de um projeto legitimador de modernização e prolongamento com o passado (GARBIN; CAMPOS, 2016).

Já para Brusadin (2014) a história representada pelo patrimônio cultural é motivo de contemplação para uma parcela da população que a considera como parte da sua história e, também, para quem deseja ser identificado como culto se apropriando dos conhecimentos relativos a essa mesma história, incorporando a prática da visitação enquanto representação do seu capital cultural.

Complementando, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (UNESCO, 2009) considera o patrimônio como o conjunto de bens, que tenha um reconhecimento histórico, artístico, arquitetônico para uma região ou localidade.

Entende-se, portanto, que o patrimônio pode ser interpretado de várias formas. Segundo Murta e Albano (2005) essa diversidade de interpretação busca acrescentar valor ao recurso, por meio de informações ressaltando a história do ambiente visitado, juntamente com as características culturais e ambientais que ainda sobrevivem no local. A

busca das histórias dos residentes locais é importante para o processo de interpretação e valorização.

O objeto de estudo desse trabalho é considerado parte de um patrimônio histórico-cultural do conjunto urbanístico Do Plano Piloto de Brasília/DF. Um desses fatos é que a Vila Planalto, durante a construção da capital, foi considerada um ponto de apoio aos pioneiros. Em determinados locais observados nota-se que algumas construções resistem ao decurso do tempo, apesar da má conservação evidenciada.

O número de construções que preservam as características originais é pequeno, se comparado com o tamanho da Vila Planalto. Portanto, julga-se necessário preservar o espaço, além de fomentar recursos para a conservação da história do lugar, para que sejam transmitidas às gerações futuras memórias de experiências vividas pelos residentes do local.

Uma maneira de preservar o bem, segundo Telles (1992), é por meio de um registro junto ao Poder Público. Este registro (TELLES, 1992, p.18) é conhecido como “ato administrativo” sendo denominado tombado. Portanto, tombado significa:

[...] consignar... que determinada propriedade, sejam públicos ou privados, móvel ou imóvel, foi considerada de interesse social, submetida a um regime peculiar que objetiva protegê-la contra a destruição, abandono ou utilização inadequada. (TELLES, 1992, p.13)

Depois de realizado esse registro, o bem pode ser tombado, ou seja, o bem é colocado sob proteção pública, de acordo com as características apresentadas pelo mesmo. As características podem ser: históricas, artísticas, naturais ou arqueológicas (TELLES, 1992).

Já tombamento, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2009) é:

[...] um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação específica bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

De acordo com Funari e Pinsky (2003), o tombamento é um instrumento jurídico utilizado para impedir a descaracterização de bens culturais. Ele não implica na desapropriação do bem, pois a responsabilidade da conservação deste continua a ser do proprietário, sendo proibida a demolição e a descaracterização.

O Estado tem a obrigação de fiscalizar e incentivar a população para que possa preservar o que foi tombado para que não exista a descaracterização do local. No entanto, atualmente, os incentivos propostos pelo governo para a conservação de bens tombados são poucos. Os custos altos, para a preservação das construções antigas, são muitos utilizados como justificativa do descaso para com os bens histórico-culturais (FUNARI; PINSKY, 2003).

Entende-se então que o tombamento é aplicado a bens materiais. Já os bens imateriais são registrados como patrimônio imaterial. O tombamento é realizado em bens, ou seja, em tudo que uma sociedade julga importante. Tombar é proteger, é evitar que o patrimônio seja esquecido e abandonado pelo tempo.

Partindo do reconhecimento de que o espaço urbano do objeto de estudo é tombado, surge a necessidade de preservar as edificações para preservar e continuar com as características essenciais que possuíam no momento do seu surgimento.

Nesse contexto, entende-se preservação como sendo “a intervenção legal do bem histórico [...]. Aquilo que, em princípio foi julgado importante a ponto de justificar sua permanência” (SEMARH, 2009).

Já revitalização, de acordo com o projeto urbano apresentado pelo Governo do Distrito Federal, é uma:

Estratégia de revitalização de conjuntos urbanos destacando o valor simbólico de espaços significativos para a história do Distrito Federal que estejam passando por um processo de degradação. A revitalização lida com a necessidade de fixar alguns elementos para a preservação das características urbanas, porém aponta para a necessidade de transformar e atribuir novos valores aos espaços objeto de intervenção (SEMARH, 2009, s/p).

A revitalização atua no espaço em que está inserida. O processo, para atingir a revitalização, surge da importância de trabalhar a edificação que antes existia no local. A revitalização é feita a partir da história e da memória da comunidade.

Dessa forma, a revitalização é uma maneira de recuperar as construções e os monumentos que estão sendo descaracterizados, seja pela ação do homem, seja pelo descaso público.

5. MEMÓRIA

As representações do patrimônio e sua manipulação simbólica se inserem no processo identitário que está relacionado à percepção dos tempos históricos de uma sociedade. Ao nortear este aspecto, tornam-se importantes as questões da memória e da identidade para a compreensão da dinâmica patrimonial (BRUSADIN, 2015).

A partir desse discurso, Funari e Pinsky (2003, p. 18) afirmam que o “patrimônio, como parte integrante da memória”, reflete um valor simbólico para a sociedade, pois, para esses autores, “[...] a memória é uma forma de os indivíduos e as sociedades recompor a relação entre o presente e o passado”.

No entanto, os conceitos de história e memória, atualmente, confundem-se entre si. A história parece ter se desenvolvido sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização (PIERRE NORA, apud LE GOFF, 2005).

O estudo da memória, segundo Le Goff (2005, p. 419) é importante, porque a partir dele “o homem pode atualizar impressões e informações passadas, ou que ele representa como passadas”, podendo, ainda, lembrar os fatos ocorridos no passado. Eles podem ser narrados no presente, permitindo que sejam preservadas certas informações que tiveram alguma representatividade no passado.

Desse modo, Le Goff (2005, p. 469) menciona que:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja a busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje. [...] A memória procura salvar o passado para servir ao passado e ao futuro.

O estudo da memória adotado para essa pesquisa é o apresentado por Pierre Janet (*apud* LE GOFF, 2005). O autor afirma que a memória varia de acordo com o contexto, no qual está inserida. A informação, sobre os acontecimentos que ocorreram no local, é transmitida às pessoas e é obtida por meio da comunicação. A memória também pode ser adquirida através de livros escritos, que retratam os acontecimento e fatos que marcaram o local.

Complementando, Brusadin (2015, p. 73) menciona que identificar-se com o passado “não é tão somente identificar-se com coisas antigas, mas é, sobretudo, uma maneira de abordar os acontecimentos, segundo os quais a consciência confere identidade, permanência e estabilidade em relação ao passado”.

Entende-se, portanto, que a região da Vila Planalto é um espaço que faz parte da memória para a sociedade, tendo em vista da sua importância histórica que foi um dos locais destinados às pessoas que estavam envolvidas na construção de Brasília/DF e que é possível encontrar alguns que ainda residem no espaço destinado aos pioneiros.

6. CATEGORIAS DO ESPAÇO

O conceito de espaço, para Santos (1997), deve englobar a totalidade do mesmo e a comunidade presente no local, para que seja dada vida a ele. Sendo assim, Santos (1997, p.5), aborda que o conceito proposto “é uma regra de método”, pois possibilita a divisão desse espaço em partes.

Corroborando, Corrêa (2003, p. 8) diz que “Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade”.

Entende-se, portanto, que o espaço é o local no qual ocorrem as transformações e estas ocorrem o tempo todo. Santos (1997) e Corrêa (2003) mencionam que esse espaço impõe a realidade vivida no local e tem influência na sociedade inserida nele.

Santos (1997, p.49) afirma, ainda, que “para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita à compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura”, que, segundo o autor, são elementos fundamentais para compreensão do espaço e suas modificações temporais.

Sempre que a sociedade sofre alguma mudança, “as formas e os objetos geográficos” também irão ser modificados. Isso acontece com a história, pois o espaço geográfico, com o passar do tempo, sofre alterações, seja por causa do clima, seja por desuso. Dessa forma, a paisagem também sofrerá modificações, pois ela é adquirida, a partir dos “fatos passados e do presente” (SANTOS, 1997, p. 49).

A paisagem anteriormente encontrada na região da Vila Planalto caracterizava o local do tempo da construção de Brasília. Ela era composta por casas de madeirite e antigas originárias da época da construção de Brasília, mas hoje não são mais encontradas com muita facilidade.

Entende-se com isso, segundo Santos (1997, p. 49), que “a paisagem é o resultado cumulativo desses tempos (e do uso de novas técnicas). No entanto, essa acumulação [...] decorre de adaptações (imposições) verificadas nos níveis regional e local”.

Santos (1997, p.50) conclui que “a estrutura imposta (inovações) mantém uma tão grande oposição relativamente às formas existentes, que estas nunca se acham inteiramente integradas ao novo; este e o velho operam lado a lado [...]”.

Já para Corrêa (2003, p. 80):

A partir da compreensão das relações entre estrutura, processo, função e forma, as categorias analíticas que dão conta da totalidade social em sua espacialização, podem-se, sem receio de cair no empirismo, iniciar o estudo da organização espacial de uma sociedade em um dado momento de sua história pelas suas formas.

No entanto, para analisar melhor a organização do espaço é preciso definir os elementos que o compõem, quais sejam: forma, função, estrutura e processo. A forma é o aspecto visível do objeto, refere-se à maneira de como o objeto está envolvido, de acordo com um padrão anteriormente estabelecido (SANTOS, 1997).

Corrêa (2003, p. 76) complementa ao dizer que não se pode considerar a forma de per si, pois cairia em uma análise da forma pela forma, atribuindo a ela uma autonomia que não tem. Portanto, é preciso caracterizar a forma em seu contexto social.

Lefebvre (1991, p. 59) menciona, ainda, que:

(...) a análise dos fenômenos urbanos (da morfologia sensível e social da cidade ou, se preferir, da cidade e do urbano e de sua conexão mútua) exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura – níveis, dimensões – texto, contexto – campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, significante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições, etc.

Neste contexto, são englobadas as mudanças que ocorreram em um determinado período do tempo, da história (SANTOS, 1997; CORRÊA, 2003). Ao inserir a análise da forma na região da Vila Planalto seria necessário observar os fatos ocorridos no local, ou seja, os acontecimentos do passado desde o surgimento para Vila Planalto, para que se possa fazer uma relação comparativa com a Vila Planalto atual.

Portanto, entende-se que antigamente a Vila Planalto era apenas um acampamento, ou seja, um local onde os pioneiros e as construtoras de Brasília se estabeleciam. Hoje, politicamente, a Vila Planalto faz parte da Região Administrativa de Brasília.

O elemento Função, de acordo com Santos (1997, p.50), é “uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. Na Vila Planalto, a função pode ser inserida na finalidade que as casas tinham, ou seja, construções “antigas” para as pessoas permanecem acampadas.

A função das casas da Vila Planalto, no início da construção de Brasília, como já foi dito anteriormente, serviam apenas de abrigo para os pioneiros e aos donos das construtoras contratadas para realizarem o serviço da construção.

No entanto, com o passar do tempo, alguns pioneiros foram se acomodando na própria Vila Planalto e aos poucos foram trazendo seus familiares para a capital. Brasília, na época, era conhecida como a capital dos sonhos, ou seja, uma cidade promissora, por causa da transferência da sede do governo.

Sob o aspecto da estrutura, Santos (1997, p.50), considera que “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção.” A Vila Planalto, anteriormente, não possuía muito apoio do governo, no que tange a regularização das casas, até então, essas casas eram consideradas “invasão”.

Corrêa (2003, p. 77) complementa ao dizer que a “Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo”.

No entanto, o que pode ser notado a partir das observações atuais é que o governo busca alternativas para a regulamentação da moradia da comunidade local.

O processo para Santos (1997, p.50) diz respeito a “[...] uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. O processo é o elemento mais difícil para de ser interpretado, pois envolve todo o contexto histórico da Vila Planalto até os dias atuais.

Observa-se, no entanto, que há poucas construções que resguardam as características da época de sua construção. Além disso, é possível notar que as que possuem, apresentam certo descuido na sua preservação.

Para que essas construções possam preservar a história da Vila Planalto, os residentes, que moram nesse tipo de construção, buscaram uma proposta de solução sem apoio do governo local: na base das casas, colocaram cimento, para que as casas não desmoronem, já que estas são de madeira e a madeira se não for preservada se desgasta rapidamente e apodrece com o decorrer do tempo.

7. PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – PDOT

A história da Vila Planalto tem início na construção de Brasília, em 1956, no governo Juscelino Kubitschek. Nessa época foi enviado um Projeto de Lei ao Congresso Nacional pedindo a transferência da capital e, conseqüentemente, a construção desta no Planalto Central (PROJETO MEMORIA, 2009).

Os candangos, operários que vieram principalmente do nordeste e do sudeste do país, acomodavam-se em locais próximos das construções. Hoje, esses locais foram transformados em Regiões Administrativas, sendo uma delas Brasília, na qual a região da Vila Planalto está inserida (PROJETO MEMORIA, 2009).

Inicialmente, o local onde situa-se a Vila Planalto foi destinado aos pioneiros, ou seja, aos construtores de Brasília, para que estes pudessem permanecer próximos ao local das obras. Desse modo, a Vila Planalto surgiu na década de 1950.

As edificações residenciais eram simples e de madeirite, pois a ideia era que os moradores, que estavam acampados ali, não iriam permanecer por muito tempo, já que estes vieram apenas para trabalharem nas obras da construção da cidade.

Os nomes das ruas que compõem o local é uma homenagem às primeiras construtoras que vieram erguer a futura capital. Atualmente, a região da Vila Planalto conta com 22 acampamentos e, na maioria das ruas do local, tem a palavra acampamento (DEPHA, 2009).

Apesar da importância histórica que a Vila Planalto tem para a cidade, as suas principais características estão sendo ou foram descaracterizadas. Dentre elas, foi possível observar a falta de conservação das casas antigas, segundo informações obtidas da reportagem da Rede Globo (2009).

Ainda de acordo com a reportagem, os moradores alegaram que um dos principais motivos da descaracterização é que, com o passar do tempo, as casas podem ser atacadas por cupins, já que são atraídos por madeira velha. Além disso, eles também argumentam que não podem arcar com a sua revitalização, pois consideram um valor de alto custo.

Outro problema identificado é a falta de regulamentação das casas pois, as que se encontram no local, ainda são consideradas irregulares pelo governo local. Para que haja

a regulamentação, é necessária a aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT (REDE GLOBO, 2009).

De acordo com Osório (2002), o PDOT é apresentado e explicado seus termos de implantação no Estatuto da Cidade. Este estatuto define a ação de controle e expansão do desenvolvimento urbano. Além disso, apresenta possíveis formas de regulamentação do uso e da ocupação do solo, indicando os rumos a serem tomados.

Complementando, Osório (2002, p. 78) menciona ainda que o PDOT é um:

Instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, ou seja, é um instrumento básico do planejamento urbano [...] estabelece os limites, as faculdades, as obrigações e as atividades que devem ser cumpridas pelos particulares referentes ao direito de propriedade urbana.

O PDOT, sob o ponto de vista da autora, visa traçar normas e diretrizes a serem cumpridas pela coletividade e, também, são traçadas estratégias para o desenvolvimento local. Após a aprovação do PDOT, a região da Vila Planalto poderá ser regulamentada.

Flores e Santos (2002, p. 112) argumentam que o PDOT se refere a “estipulação e delimitação das necessidades exigidas para a [...] ocupação do solo”. Sendo assim, o PDOT é de extrema importância, para o crescimento e para o desenvolvimento do local, no que se refere a “qualidade de vida, justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (FLORES; SANTOS, 2002, p. 112).

Na tentativa de auxiliar o PDOT, criou-se um documento denominado Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Distrito Federal que tem como objetivo fazer a gestão territorial que subsidie e oriente a formulação de políticas de planejamento, ordenação e gerenciamento do território, voltadas para a conciliação do desenvolvimento econômico e social com a melhoria da qualidade de vida da população e redução de perdas e danos ao patrimônio natural e cultural (SEDUMA, 2009).

Nesse sentido, de acordo com o Jornal Tribuna do Brasil (2009), o ZEE delimitará a ação do homem, para poder manter a preservação do patrimônio que foi tombado, mas ao mesmo tempo, permitirá o desenvolvimento da cidade.

Por ser uma área tombada, o uso e a ocupação do solo da região da Vila Planalto devem respeitar as normas que tratam das definições, critérios e restrições estabelecidos para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

No entanto, isso não é cumprido, pois mudanças ocorrem desde a década de 1980 e aceleraram na década de 1990, quando as antigas casas de madeira foram aos poucos substituídas por construções de alvenaria. Em 2000, menos de 10% das casas eram de madeira (CORREIO BRAZILIENSE, 2009).

Com o passar do tempo, o espaço do Conjunto Urbanístico de Brasília sofreu alterações e isso também aconteceu onde a Vila Planalto está inserida. No entanto, as necessidades do local mudam, mas a história e suas origens permanecem.

8. ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA VILA PLANALTO

A partir das entrevistas coletadas na Vila Planalto com residentes locais e um estudo baseado em reportagens, documentos e leis que tangem a região foi possível fazer um cruzamento dessas informações com as categorias do método geográfico de Milton Santos e o entendimento de memória e cultura para fundamentar a análise de conteúdo a seguir.

Para iniciar a análise questionou-se a respeito das características urbanas da Vila Planalto antigamente. Como resposta foi obtida a seguinte afirmação: “[...] era um canteiro de obras, com casas simples. Na verdade, era um acampamento. Cada construtora tinha uma parte, que era limitada. Até hoje as ruas têm esses nomes, exemplo: acampamento Rabelo, acampamento DPL, entre outros [...]”.

Percebe-se a precariedade e simplicidade do local naquela época, destinada exclusivamente para atender a categoria função proposta que era prover um local de descanso para os trabalhadores da construção da nova capital.

No entanto, respostas mais aprofundadas revelaram que “[...] cada construtora que ajudou a construir Brasília tinha uma área cercada, que era onde os peões moravam. Este local eram os acampamentos. Era bastante seguro, pois como eram cercados, as pessoas que não moravam nos acampamentos tinham que se identificar para poder entrar. Na época, se eu não me engano, tinha 38 acampamentos. Na verdade, tinha acampamento até no lago [Paranoá], porque o lago não era cheio. As casas eram de madeira, até as cercas tinham que ser de madeira, as casas tinham que respeitar um limite até as cercas. Estas também eram de madeira, mantendo assim o espaço verde em frente às casas. Os moradores não tinham lugar para fazer as suas compras, então a única cidade mais próxima daqui era o Núcleo Bandeirante. Na época o Núcleo Bandeirante tinha o nome de Cidade Livre. Então os moradores daqui iam até lá comprar alimentos, materiais de higiene e outras coisas... Depois, construíram um armazém que era da construtora Rabelo. Este ficava próximo onde hoje se localiza o Palácio da Alvorada. A Vila [Planalto], aos poucos foi desenvolvendo, tinha um posto de saúde muito precário, um cinema, a igreja [...]”.

Essas respostas demonstram como era a vida simples dos residentes da região da Vila Planalto naquela época. Já com características de uma identidade cultural própria, pelo fato de demonstrarem aspectos de convivência social destacando-se a categoria estrutura e processo de desenvolvimento social.

Complementando, “[...] era tudo terra, depois foram fazendo área verde, tinha poucas casas, que eram dos operários que era distante dos grandes engenheiros. Estes construíram suas casas na rua que hoje é chamada “rua dos engenheiros”. As casas eram grandes, os cômodos eram largos. Os operários que vieram para cá, alguns do Nordeste outros do Sudeste, vieram sem seus familiares. Os operários moravam nessas casinhas de madeira, bem simples e pequenas”.

Observou-se que a região da Vila Planalto poderia ser considerada a partir da categoria forma um pequeno vilarejo, tendo em vista que o local (categoria função) era apenas para abrigar os operários e os engenheiros.

Nota-se, também, que há uma grande diferença de tratamento em relação às casas dos operários e dos engenheiros. As casas dos operários eram distantes das casas dos

engenheiros e, com relação ao tamanho, os operários tinham casas mais simples enquanto os de melhor condição social detinham casas com mais conforto.

Segundo os relatos, as casas em que os engenheiros moravam, localizavam-se em uma rua totalmente cercada (categoria estrutura). As residências eram grandes e próximas uma das outras. Por outro lado, nas casas mais simples e distantes, moravam os operários.

Nota-se, ainda, a dificuldade que os moradores do local possuíam para fazer as compras, pois naquele tempo, a Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, era distante. Desenvolvendo a estrutura local, de acordo com as informações obtidas, os residentes da região da Vila Planalto construíram um armazém, sendo nomeado Rabelo (nome da construtora) constituindo identidade cultural para o local.

O mesmo era de uma das construtoras que estavam ajudando na construção da cidade e localizava-se próximo de onde é hoje o Palácio da Alvorada. Ao término das obras de construção de Brasília, as construtoras retiraram-se do local e voltaram aos seus lugares de origem, pois estas vieram apenas para a construção da cidade (categoria função).

Com a retirada da Rabelo, um morador local assumiu o controle e as vendas do armazém. A partir daí o armazém recebeu o nome de “Armazém do Geraldo”, em homenagem a um dos pioneiros e morador do local. O armazém é o mais antigo da Vila Planalto e existe até hoje preservando a memória local, porém com um novo endereço.

Apesar das dificuldades encontradas no início, foi revelado nas entrevistas que os pioneiros que ali acamparam consideravam a Vila Planalto como sendo a “cidade dos sonhos”. Para isso, as categorias forma, função, estrutura e processo deveriam estabelecer conexões dinâmicas e interrelações sociais no espaço de convívio. O que, de fato, pelo relato histórico, aconteceu, tornando-se uma memória viva da construção da capital.

A região da Vila Planalto possui construções materiais desde o início de sua formação, ou seja, as edificações residenciais antigas (categoria estrutura). É possível que estas edificações possam se encaixar no segmento do turismo cultural e histórico

pelo fato de preservarem as características do contexto histórico no momento da construção de Brasília contando, a partir do seu patrimônio construído, os fatos ocorridos na época.

No entanto, percebeu-se nas entrevistas que os jovens residentes do local não têm interesse em conhecer a história de onde vivem, o que prejudica a transmissão da memória de um lugar. Uma entrevistada, residente das casas antigas do local, afirma que a casa é muito difícil de ser preservada pelo fato de ser de madeira e estando velha, os cupins atacam. Em virtude disso, segundo relatos da entrevista, aos poucos a casa vai recebendo cimento para que a mesma não caia completamente.

Observando a região, encontrou-se no espaço que era destinado aos engenheiros, quatro casas remanescentes (memória local). Cada uma delas é ocupada por instituições diferentes: pela Sub-Administração Regional da Vila Planalto; pela Fundação Kolping, entidade que ajuda pessoas carentes; pela AMPARE, fundação que ajuda pessoas excepcionais e pelo COSE, local que atende crianças e adolescentes, para passar meio período do dia, na qual, realizam-se atividades de informática, aulas de reforços, sendo que o horário ser diferente do período da aula escolar.

Desse modo, percebeu-se que a categoria função inicial de abrigar famílias, caracterizando-se como um local residencial, foi alterado para funções diversas atendendo demandas dos setores públicos, privados e instituições sociais.

Pôde-se observar que na AMPARE foi realizada na parte externa a revitalização da fachada, pois a edificação está em perfeito estado e a parte interior da casa está totalmente reformada.

A partir da documentação analisada, foi possível verificar que com a autorização do IPHAN a reforma interna é permitida em bens patrimoniais tombados. Na Sub-Administração Regional, na Fundação Kolping e no COSE, observou-se que as estruturas, das três instituições, estão bastante precárias. Outro fator analisado, na Sub-Administração e no COSE, foi a parte da fiação elétrica. Esta está exposta, colocando em risco a vida dos frequentadores do local.

O responsável pelo Cose, afirmou que “[...] representantes da administração de Brasília, responsáveis pela área a tombada de Brasília – DEPHA – visitaram o local e fizeram um levantamento do que precisa ser revitalizado, tiraram fotos e prometeram a reforma, mas, apesar disso, nada foi feito”.

Talvez a maior dificuldade para a revitalização de patrimônios culturais deve-se ao fato da burocracia, pois precisa da autorização do poder público, do DEPHA, evitando assim, que o local não seja descaracterizado, pois é um bem tombado.

Na pesquisa foi possível observar que há interesse do poder público em preservar e revitalizar o COSE, no entanto falta comprometimento para tornar a promessa em realidade. Ao menos o agente público reconhece que a revitalização é necessária.

Outra variável considerada na análise da pesquisa foi a respeito das mudanças significativas ocorridas no local. Todos responderam que mudou muito, principalmente em relação à infraestrutura e ao saneamento básico, água encanada, esgoto, luz, recolhimento de lixo (categoria estrutura). Um entrevistado lembra que: “[...] o lixo, era buscado uma vez por semana, com isso tinha alguns bichos como ratos, baratas.”

Uma mudança significativa foi a conquista do posto de saúde pelos moradores, pois antes os moradores “[...] tinham que andar muito para ir ao posto [...]”, depois, “[...] o posto nunca ficava no lugar certo, pois o atendimento era feito nas casas dos moradores, nas garagens e depois foi construída uma creche, na qual os médicos atendiam os doentes uma vez por semana”.

Outro morador lembra que “[...] com o passar do tempo (categoria processo) o posto teve uma área certa, porém, bem precário, mas, hoje este está sendo ampliado [...]”. O morador continua dizendo que “[...] conquistamos uma creche, uma igreja, antes as missas eram celebradas em uma capelinha perto na praça, o padre vinha uma vez por semana para a celebração da missa [...]”. Outro ressalta que a conquista mais significativa foi “[...] o asfalto, casas de tijolos, iluminação”.

Observa-se com isso que os residentes locais lutaram muito pela infraestrutura básica, pois, após a construção de Brasília, de acordo com o morador, “[...] o governo ofereceu lotes em outras áreas da cidade, como exemplo Sobradinho, Núcleo

Bandeirante, para que os moradores saíssem do local, mas os moradores não queriam sair daqui, com isso, aos poucos, o governo desativou o cinema, que tinha na praça. Isso para que os moradores fossem embora. Mas não adiantou, pois, o local já estava sendo desenvolvido [...], isso é uma das causas da demora na regulamentação dos lotes [...].”

Percebe-se que o espaço urbano, com o passar do tempo, sofreu transformações. Isso acontece em qualquer área urbana e foi o que aconteceu na região da Vila Planalto, no que se refere aos quatro elementos fundamentados para a interpretação da pesquisa: forma, função, estrutura e processo.

No que tange a forma, estrutura física, a relação é feita a partir do objeto visível, ou seja, da sua materialização no contexto histórico, da importância que o patrimônio material local representou no momento da construção de Brasília, no final da década de 1950.

Já a função, esta relacionada com as atividades em que as construções residenciais desenvolviam e qual era o objetivo destas serem assim. Na época, as casas serviam de moradia e descanso, para acomodar os operários que vieram para a construção de Brasília, sendo estas de madeira, fácil de construir e destruir, para posteriormente, os operários voltassem às suas cidades de origem.

A estrutura analisou a partir da relação entre os moradores da região e o governo. Foi a fase política que se encontrava na época da construção de Brasília até os dias atuais. Com relação à regulamentação dos lotes, foi preciso que os moradores cumprissem algumas exigências do PDOT.

Para que seja entregue a escritura nos dias atuais, o governo observa a irregularidade, dentre elas, se as casas têm o mesmo número de pavimentos; se as casas obedecem ao espaço da área verde, ou seja, o espaço entre as casas e as grades e, também, ao espaço entre os muros. Essas irregularidades apontadas são umas das maiores dificuldades, para que a regulamentação seja aprovada.

A última análise feita é em relação ao processo. Este se relaciona ao tempo e às mudanças, ou seja, em outras palavras, a análise das transformações de um modo temporal do contexto histórico até os dias atuais.

Nota-se, então, que com o desenvolvimento do local, o governo, mesmo oferecendo lotes em outras áreas, nada pôde fazer para “expulsar” os moradores, pois o local já estava em um processo de desenvolvimento e enraizamento de uma cultura própria manifestada no local de sentimento de pertencimento.

Outro fator importante, que esbarra na regulamentação do PDOT, é o fato da região da Vila Planalto ser um bem tombado. Sendo um bem tombado, ela não poderia ter sido descaracterizada, ou seja, deveria manter as características que possuía no momento do tombamento.

No entanto, as construções residenciais estão fora do padrão, pois atualmente há casas que preservam um pouco da construção antiga, mas há outras com até três pavimentos. Em virtude do exposto, a regulamentação da localidade se dá de forma mais lenta.

Ao serem perguntados sobre o que fariam para manter viva a memória da região da Vila Planalto, uma maneira seria “[...] passar o conhecimento para alguém, para escrever um livro [...]”, nesse mesmo raciocínio um morador diz que “[...] repassaria o conhecimento para quem tem interesse em conhecer sobre a história do local [...]”, outro lembra também que “[...] manteria a minha casa antiga, mas não tem condições, pois os cupins atacam [...]”, outro complementa “[...] não mexer muito aqui, pois a Vila já está bastante modificada”.

É importante que a história que os primeiros moradores têm para contar sobre a Vila Planalto seja resgatada e repassada para as gerações atuais para que isso não fique apenas na memória de quem viveu.

As histórias devem ser contadas para que a comunidade conheça um pouco sobre o local na qual vivem. Mas, para que isso aconteça, é necessário que a história seja repassada com veracidade, de preferência, pelos pioneiros, pois eles poderiam contar o que viveram. Uma maneira de incentivar a valorização da memória local é por meio do turismo cultural, inserindo os residentes nessa atividade.

Nota-se o interesse e o orgulho que os moradores têm acerca do lugar em que vivem, alguns deles estão no local desde a época da construção. Nota-se, ainda, o interesse dos moradores em preservar e repassar a história da Vila Planalto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância do embasamento teórico abordado e, principalmente, a importância da região da Vila Planalto para a preservação do patrimônio material e a memória da construção de Brasília, justificou-se a necessidade de estudar o local escolhido. O presente trabalho buscou apresentar por meio de relatos a história do local e a origem do mesmo, a fim de chegar à análise principal, qual seja, a apresentação do contexto histórico do local por meio de interpretações a cerca da forma, função, estrutura e processo.

Nas décadas seguintes a inauguração de Brasília, o processo de descaracterização da região da Vila Planalto aumentou, pelo fato de que alguns moradores, que residiam no local na época da construção da cidade continuaram a morar nas áreas que lhes foram reservadas, agregando novas funções e expandindo a ocupação espacial por meio de convívios e relações sociais.

Em virtude disto e de outros fatores, as necessidades dos residentes mudaram. O local que era destinado apenas para moradia temporária, passou a ser definitivo, necessitando, assim, de melhorias, principalmente nas habitações. Outras melhorias estruturais foram surgindo, tais como, posto de saúde, banco eletrônico, mercado, entre outros. Portanto, concluiu-se que o espaço urbano habitado naquela região mudou de acordo com as necessidades advindas da complexidade de um local fixo com fins residenciais.

A pesquisa tentou demonstrar que alguns moradores têm interesse em manter o que restou das construções antigas. No entanto, a falta de apoio do governo dificulta a preservação. Ademais, enquanto alguns habitantes reconhecem a importância e necessidade da preservação, outros não demonstram interesse em preservá-las, tanto

que as casa onde habitam, já são de alvenaria e não preservam nenhuma característica inicial.

Observou-se que um trabalho de conscientização e de incentivo à preservação das casas de madeirite poderia ser uma das soluções para a manutenção das características que tornaram a Vila Planalto importante para os moradores do local, bem como para a história e memória do país.

Para conseguir a revitalização, primeiramente as casas deveriam passar por um processo de impermeabilização contra os cupins. Fato esse destacado pelos residentes locais. A partir daí, poderiam realizar parcerias com o IPHAN, o governo federal e local para conseguir fundos com o objetivo de revitalização.

O principal obstáculo enfrentado na pesquisa foi a busca e a seleção dos moradores pioneiros. Muitos relatos foram ouvidos que, de todo modo, contribuíram para o enriquecimento do estudo. Outra dificuldade encontrada foi a escassez de material bibliográfico, documentos e artigos que tratassem especificamente do local gerando, assim, um esforço maior para que fossem encontrados qualquer relato histórico que identificasse o patrimônio cultural da época e fossem aproveitados para o estudo.

Recomendam-se novos trabalhos relacionados à memória e ao patrimônio cultural material e imaterial da Vila Planalto, assim como de outras regiões que também fazem parte do Conjunto Urbanístico de Brasília.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. **Turismo fundamentos e dimensões**. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 11. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BRUSADIN, L. B. **A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social**. Revista CULTUR. Ano 9. N.º 3. out. 2015.

BRUSADIN, L. B. **A cultura e a tradição no imaginário social: ação simbólica no patrimônio e no turismo**. Revista Turismo y Desarrollo Local – TURyDES. Vol. 7. N. 17. Diciembre/desembro, 2014.

CANEDO, D. **Cultura é o quê?** Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, Bahia, Brasil, 2009.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. 7º ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2003.

CORREIO BRASILIENSE. Disponível em www.correioweb.com.br. Acesso em agosto de 2009.

COSTA, L. **Relatório do Plano Piloto de Brasília** - Brasília, cidade que inventei. ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília, 1991.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Alínea, 2002.

DONAIRE, J. A. **Turismo cultural**. Entre la experiencia y el ritual. Turisme Cultural 3. Editorial Vitel, 2012.

FLORES, P. T. R.; SANTOS S. **Comentários ao estatuto da cidade**. Rio de Janeiro: AIDE, 2002.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GARBIN, S. R.; CAMPOS, L. J. **Concepções e abordagens conceituais dos termos cultura e turismo**. Revista CULTUR. Ano 10. Nº. 1. fev. 2016.

JUNQUEIRA, L. D. M. **Lago Paranoá de Brasília**: análise dos usos e ocupações do espaço da orla para o lazer. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú/SC, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. de FERREIRA, I, LEITÃO, B, BORGES, S. F. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_segmentos/turismo_cultural.html. Acesso em: outubro de 2009

MURTA, S M; ALBANO, C (orgs). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OSORIO, L M (org). **Estatuto da cidade e reforma urbano**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: 2002.

PROJETO MEMORIA. Disponível em: <www.projetomemoria.art.br>. Acesso em: outubro de 2009

REDE GLOBO/DFTV. Disponível em:
<<http://www.dftv.globo.com/Jornalismo/DFTV/0..MULT1087494-10039,00>>. Acesso em: abril de 2009.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL – SHRDU/GDF. **Bens tombados**. Disponível em: http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=8. Acesso em: fevereiro 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <http://www.sc.df.gov.br/paginas/depha/depha_05.htm>. Acesso em: abril de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. Disponível em: <www.seduma.df.gov.br/sites/300/379/00000531>. Acesso em: setembro de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em:
<<http://www.semarrh.df.gov.br/sites/300/379/00000489.pdf>>. Acesso em: maio de 2009.

TELLES, A A Q. **Tombamento e seu regime jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: abril de 2009.